

**- Observatório de Política Externa Brasileira -  
Nº 109**

**22/09/06 a 28/09/06**

**Apresentação:**

O Observatório de Política Externa Brasileira é um projeto de informação semanal da Graduação em Relações Internacionais, e um dos trabalhos executados pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro De Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, *campus* de Franca.

Equipe de redação e revisão: Suzeley Kalil Mathias (coordenação), André Guzzi (mestrando em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas – UNICAMP UNESP PUC-SP – e bolsista FAPESP), Haroldo Ledandeck, Juliana Alves da Costa, Lisandra Crosara, Maria Paula de Barros Cantusio e Renata Avelar Gianini (mestranda em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas – UNICAMP UNESP PUC-SP e redatora responsável).

**Brasil fez novos acordos com a China na área de siderurgia**

A empresa brasileira Companhia Vale do Rio Doce assinou dois contratos de longo prazo com siderúrgicas chinesas. Os documentos, firmados no dia 21 de setembro, prevêem acordos para o fornecimento de minério de ferro entre China e Brasil (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 22/09/06).

**Interpol apontou Brasil como uma das principais rotas de pedófilos estrangeiros**

A Polícia Internacional, Interpol, durante sua Assembléia Geral, realizada no Rio de Janeiro, entre os dias 21 e 22 de setembro, apontou o Brasil como um dos principais destinos de pedófilos estrangeiros, em razão do grande fluxo de turistas. A reunião do órgão reuniu representantes de 152 países do mundo todo (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 22/09/06).

**UE impôs barreiras aos pescados brasileiros**

A União Européia (UE) determinou a aplicação de barreiras sanitárias contra os produtos pesqueiros provenientes do Brasil. A medida foi tomada depois que inspetores europeus visitaram o país e expressaram sua preocupação com o possível nível de substâncias nocivas à saúde, como a histamina, no pescado brasileiro, com a higiene no processo de produção e com a confiabilidade nos

procedimentos de autorização das empresas de pesca pelo governo brasileiro. De acordo com a decisão imposta pelo bloco, todos os pescados brasileiros deverão ser examinados e possuir um certificado que comprove que o nível de histamina encontra-se dentro daquele permitido pela legislação europeia. De acordo com o Itamaraty, foi enviado à UE um relatório produzido por técnicos do Ministério da Agricultura com informações detalhadas sobre a produção dos pescados e o uso de histamina (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 23/09/06; O Globo – Economia – 23/09/06).

### **Ministro boliviano defendeu moderação e cancelou medida para facilitar as negociações**

O novo ministro dos Hidrocarbonetos da Bolívia, Carlos Villegas, empossado no lugar de Andrés Solíz Radas, defendeu moderação nas negociações de seu governo com a estatal brasileira do petróleo, Petrobrás. Em entrevista concedida aos periódicos *O Estado de São Paulo* e *The New York Times*, Villegas disse estar aberto ao diálogo e reconheceu haver pouco tempo para negociar e finalizar contratos com todas as petroleiras que operam no país. Em decisão que vai ao encontro de suas declarações, Villegas divulgou uma resolução que revogou a medida divulgada na semana passada que outorgava à estatal boliviana YPFB o monopólio da comercialização de combustíveis produzidos nas refinarias da Petrobrás. Pela nova resolução, a YPFB não pode controlar os negócios até que sua situação econômico-financeira se consolide. Ao assumir, o ministro boliviano havia declarado que a resolução não havia sido anulada, apenas suspensa temporariamente para que possibilitasse melhores conversações com o governo brasileiro. Em outra medida de flexibilização, a Bolívia postergou as datas para que as petrolíferas paguem o adicional de 32% sobre o gás natural explorado, previsto no decreto de nacionalização. Em resposta às declarações de Villegas, o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, também declarou que o melhor seria que as negociações ocorressem em um tom conciliador (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 22/09/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 24/09/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 26/09/06).

### **Governo brasileiro defendeu negociações com Irã antes de aplicar sanções**

Em visita a Nova York para participar da Assembléia Geral das Nações Unidas, o chanceler brasileiro, Celso Amorim, aproveitou para encontrar-se com a Secretária de Estado norte-americana, Condolezza Rice. Durante a reunião, Amorim expôs a posição brasileira no tocante à possível imposição de sanções contra o Irã, caso o país não suspenda o enriquecimento de urânio. Para o governo brasileiro, o Irã tem que cumprir os acordos internacionais de não-proliferação, mas ao mesmo tempo deve ter direito à energia nuclear para fins pacíficos. Segundo o chanceler brasileiro, as sanções geram um mecanismo auto-alimentável que, “às vezes, levam a fins trágicos, como no Iraque”, e só devem ser aplicadas em última instância. (O Globo – O Mundo – 22/09/06)

### **Técnicos da Petrobrás e do governo boliviano terão encontro**

No dia 26 de setembro, técnicos da empresa brasileira Petrobrás e do governo boliviano encontraram-se para retomar as negociações acerca de seus novos contratos, os quais devem ser concluídos até o mês de outubro. O encontro visa cumprir o decreto de nacionalização dos hidrocarbonetos, aprovado no mês de maio pelo governo boliviano. No dia 25 de setembro, o ministro boliviano dos hidrocarbonetos, Carlos Vilegas, afirmou que a Bolívia e o Brasil devem abandonar as posturas que têm adotado sobre este assunto, uma vez que estas foram prejudiciais às relações empresariais e diplomáticas bilaterais. Vilegas ainda afirmou que os dois países devem estar dispostos ao diálogo e que a Bolívia representa um importante papel na política energética brasileira, haja vista que todo o gás natural exportado pelo país destina-se ao estado brasileiro mais industrializado, São Paulo. O ministro declarou reconhecer que o Brasil possui uma importância específica para a Bolívia, e também que não promoverá o distanciamento entre ambos enquanto autoridade boliviana. Vilegas informou ainda, que o governo boliviano pretende, com as novas medidas, aumentar o investimento das empresas estrangeiras no país em US\$ 1,5 milhões, de modo que o país possa atender as demandas da Argentina e novos pedidos. Marco Aurélio Garcia, assessor do presidente Lula, afirmou que a estatal brasileira somente voltará a investir no país vizinho quando o mesmo apresentar condições estáveis para que isso ocorra. Em razão da diminuição do envio de gás boliviano para o Brasil, três hidrelétricas brasileiras, Canoas, Eletrobolt e Termomacaé, estão paradas. A Petrobrás, no entanto, informou que na próxima semana as mesmas deverão voltar a seu funcionamento normal (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 26/09/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 27/09/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 28/09/06; O Globo – Economia – 26/09/06).

### **Petrobrás pretende elevar capacidade de refino no Peru**

A Petrobrás firmou no último dia 28 um acordo com o governo peruano que pode aumentar sua capacidade de refino no país. Em memorando de entendimento assinado com a Petroperu e a Perupetro, a empresa se compromete a avaliar a ampliação da Refinaria de Talara, localizada em uma região onde a companhia já produz 15 mil barris de petróleo por dia (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 28/09/06).

### **Amorim acredita que SGP será votado ainda este ano**

Segundo o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, é pouco provável que o Congresso dos Estados Unidos não reveja o Sistema Geral de Preferências (SGP) até o fim deste ano. Com a exclusão do Brasil deste último, prevê-se perda



de benefícios de até US\$ 3,6 milhões. Para Amorim, o fato de o sistema oferecer vantagens comerciais a países com os quais os EUA não têm acordo de livre comércio, incluindo os africanos, torna pouco provável que o Congresso ignore a votação do SGP (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 28/09/06).

### **OMC abre painel contra EUA**

A Organização Mundial do Comércio (OMC) abriu, a pedido do Brasil, as investigações contra os subsídios americanos para a produção de algodão. Com a vitória brasileira no ano passado, Washington chegou a fazer um acordo com o Brasil para que não fossem retaliados, argumentando que implementariam um cronograma para adequar suas leis e retirar a ajuda aos produtores considerada ilegal. Apesar disso, o que pôde ser observado é que apenas 15% dos mecanismos de subsídios ao algodão foram reformados. A OMC deverá investigar o caso nos próximos três meses e caso o pedido brasileiro seja considerado correto, a organização permitirá ao Brasil realizar retaliações (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 28/09/06).

### **Brasil e União Européia discutem exportação do Frango**

Brasil pode atacar União Européia (EU) na Organização Mundial do Comércio (OMC) caso não se resolva o impasse relativamente ao comércio de frango. No último dia 27, representantes de ambas as partes se reuniram para finalizar um acordo, no entanto, mediante a não apresentação por parte dos europeus de uma alternativa, as negociações não puderam ser finalizadas. O impasse foi iniciado com a vitória brasileira naquela organização obrigando a UE a modificar suas leis para que o frango tivesse tarifa de importação de 70% e não 15,4%. Diante disso, os europeus foram obrigados a negociar cotas para o frango nacional (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 28/09/06).